

## “O SURDO SEMPRE FICA DE FORA”: A VISÃO DAS ALUNAS SURDAS DO IFPB SOBRE A INCLUSÃO

REBEKA MOREIRA MONTEIRO DO NASCIMENTO (IFPB, Campus Cabedelo), SAMARA CAROLINE DE OLIVEIRA BRAIANE (IFPB, Campus Cabedelo), JAMYLLE REBOUÇAS OUVERNEY (IFPB, Campus Cabedelo)

**E-mails:** rebekamnascimento@gmail.com, braianesamara@gmail.com, jamyll@ifpb.edu.br.

**Área de conhecimento:**(Tabela CNPq): 7.08.07.05-1 Educação Especial

**Palavras-Chave:** Ensino de Biologia; Atlas BioLIBRAS; Tecnologia Assistiva; Mobile Learning; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pessoa com Deficiência (PcD).

### 1 Introdução

Em 2002, com o estabelecimento da Lei Federal nº 10.436/2002, a comunidade surda obteve o reconhecimento no Brasil, pois foi declarada “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, Art. 1º). Assim, os surdos ficam amparados quanto ao uso e inserção da sua língua principal.

Outro importante acontecimento ocorreu em 2015 com a Lei nº 13.146/15 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, incluindo os direitos educacionais e sociais desse grupo. Desse modo, o Art. 28. “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” várias ações de inclusão para os surdos (BRASIL, 2015). Com isso, os estudantes surdos tem o direito de serem incluídos no processo educativo junto aos alunos ouvintes, tendo suas atividades e avaliações adaptadas a sua necessidade. Porém, como aponta o estudo de Braiane *et al.* (2020), por vezes os professores elaboram, por exemplo, avaliações adaptadas aos alunos surdos mas os métodos ou estratégias aplicados não são considerados adequados para uma avaliação que promova a reflexão sobre o que foi aprendido de maneira formativa e não somativa.

Desse modo, durante as vivências nas monitorias do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) *campus* Cabedelo, entre os meses de março a dezembro de 2019, percebeu-se dificuldades de aprendizagem por falta de inclusão de uma estudante surda do curso. Diante disso, esse estudo objetivou analisar a inclusão dos alunos surdos nas aulas de Biologia do IFPB nos *campi* Cabedelo Centro, Cabedelo, Santa Rita e João Pessoa.

### 2 Materiais e Métodos

Este trabalho é parte do projeto intitulado “O USO DE MOBILE-LEARNING COMO FERRAMENTA INCLUSIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA” do edital 01/2020 INTERCONECTA, assim, esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, estando em conformidade com a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Além disso, foi desenvolvida de forma remota devido à pandemia da COVID-19, entre os meses de julho de 2020 e maio de 2021 nos seguintes *campi* do IFPB: Cabedelo Centro, Cabedelo, Santa Rita e João Pessoa.

No entanto, devido a uma dificuldade de logística no acesso das informações com a Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE), do *campus* João Pessoa, não foi possível contatar os estudantes surdos presentes naquele *campus*. Além disso, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) do *campus* Cabedelo Centro informou que não haviam discentes surdos matriculados no ensino médio. Desse modo, a pesquisa foi realizada com seis discentes surdas das turmas do ensino técnico integrado ao ensino médio do IFPB, dos *campi* Cabedelo e Santa Rita, sendo todas do gênero feminino.

Foram realizadas entrevistas oralizadas via Google Meet, com um intérprete que as traduziu para LIBRAS; as respostas das participantes também foram traduzidas por ele da LIBRAS para o Português. Todas as entrevistas foram gravadas com a permissão das participantes, para que posteriormente, as gravações fossem assistidas e as respostas transcritas. Para garantir o anonimato e a preservação das identidades, foi utilizado o recomendado pelo CEP, assim, as participantes não foram identificadas com seu nome, mas pelo termo Discente A, Discente B e assim por diante.



Foi utilizada uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Ribeiro (2008), os resultados deste tipo de abordagem buscam retratar com maior veracidade a vivência dos participantes. Este trabalho apresenta as respostas das discentes sobre a pergunta “Os professores te incluem nas aulas? (chamam para participar, tirar dúvidas, interação em grupos)”.

### 3 Resultados e Discussão

Participaram das entrevistas cinco alunas do *campus* Santa Rita e uma do *campus* Cabedelo. De acordo com os dados coletados a respeito da inclusão, a maioria das discentes (66%) consideram que as professoras<sup>1</sup> as incluem nas aulas convidando-as para participar, sanando dúvidas, estimulando a interação em duplas ou grupos com alunos ouvintes. As discentes que disseram “Sim” justificaram que:

Discente A: [...] mas eu tenho vergonha.

Discente C: [...] junto com os ouvintes pede pra a gente fazer alguma coisa, fazer seminário também.

Discente F: [...] Quando eu pergunto ela tira as dúvidas, ela sempre responde.

Percebe-se que há uma disposição em busca da inclusão para estas discentes por parte das professoras. No entanto, uma das discentes que respondeu não, relatou:

Discente D: Na minha opinião é separado, não existe essa questão de inclusão com o surdo e o ouvinte dentro da sala, o surdo sempre fica de fora e os ouvintes não. Os alunos ouvintes pela questão de ser a maioria, então o professor não costuma dar muita atenção ao surdo, não tem essa preocupação. Mas no final de tudo a culpa termina não sendo do professor, falta também a questão de empatia dos próprios alunos ouvintes, falta respeito com nós surdos e precisamos estar incluídos, precisamos estar juntos na hora de fazer os trabalhos e o professor também precisa fazer isso, porque os surdos muitas vezes não compreendem o conteúdo, aí pensam que é preguiça, pensam que os surdos não querem estudar, mas não é isso não, os surdos querem sim, então precisa ter mais essa atenção a gente precisa dessa ajuda, para que a gente possa aprender e ter um futuro melhor.

Este relato mostra o reflexo da falta de atenção para com o aluno surdo, a falta de uso da sua língua nativa, a não utilização de códigos visuais que ajudam no processo de ensino-aprendizagem, o que pode evocar comportamentos e sentimentos como a indiferença, exclusão e isolamento (BRASIL, 2006). Isso reforça a imagem de uma pseudo inclusão, pois apesar da aluna estar presente fisicamente em uma turma regular e com alunos ouvintes como seus pares, ela não está recebendo o suporte adequado para que a inclusão ocorra com êxito, pois o não compartilhamento da língua primária (L1) dos alunos surdos com os ouvintes impede a formação e a constituição plena dos indivíduos na sociedade (LACERDA, 2006).

Nesse sentido, dois vieses podem explicar o sentimento de exclusão: a falta de formação dos professores com relação a LIBRAS, já que, foi somente em 2005 através do Decreto nº 5.626/05 que se tornou obrigatória a disciplina de LIBRAS nos cursos de Licenciatura (BRASIL, 2005), e com isso, os professores formados antes desse decreto provavelmente não têm conhecimento da L1 dos surdos; e o desconhecimento da LIBRAS pelos alunos ouvintes, uma vez que, apesar de ser uma língua reconhecida como meio de expressão, não é contemplada na educação básica, já que não houve mudanças na Constituição brasileira para colocá-la como língua oficial.

Dessa forma, os professores e alunos não têm domínio para utilizar a LIBRAS, o que pode representar uma falta de empatia com as particularidades do aluno surdo ali presente, ou pela falta de capacitação para atender aquele aluno, ocultando o indivíduo que apresenta uma característica ou comportamento diferente do que é tido como “padrão” social. Isso porque a condição das pessoas com deficiência (PcDs) consiste em um perfil suscetível ao preconceito, devido ao distanciamento em relação aos padrões físicos/intelectuais definidos pelo o que se considera ausência ou impossibilidade de realizar determinadas tarefas (SILVA, 2006). Não obstante, essa lacuna gerada pela falta de empatia, pode ser mitigada com a utilização de recursos alternativos, a exemplo dos aplicativos educacionais inclusivos.

### 4. Considerações Finais

De acordo com os resultados analisados, percebe-se que parte das alunas se sentem incluídas pelas professoras nas aulas, pois as professoras as convidam para atuar em grupos de trabalhos com alunos ouvintes e tiram dúvidas dos conteúdos. Mas há as que não se sentem incluídas, isso porque a ausência de convites para que participem das

<sup>1</sup> As docentes de Biologia dos *campi* da pesquisa eram todas do gênero feminino.

aulas de Biologia acaba por resultar em uma sensação de exclusão para as mesmas, podendo ser gerado pela falta de capacitação das professoras para incluí-las. Outro fato é que, por vezes, falta empatia por parte dos colegas de turma e também formação docente compatível com potencial público-alvo, já que a LIBRAS não é ensinada para os ouvintes, isso resulta em uma ausência de envolvimento com as discentes, ocasionado pelo não conhecimento da L1 delas.

Com isso, percebe-se que há uma necessidade de estimular a interação entre alunos surdos e ouvintes, para que a sala de aula se torne um ambiente verdadeiramente inclusivo. Nesse sentido, podem ser utilizados aplicativos que estimulem as atividades em grupo como o Atlas BioLIBRAS<sup>2</sup>, que quando utilizado pode se tornar um recurso estimulante para a interação entre surdos e ouvintes, uma vez que utiliza as duas línguas do público em questão – o Português nos textos abaixo das animações e a LIBRAS nos vídeos exibidos na parte direita, servindo como um aplicativo que estimula a inclusão social dentro da sala de aula.

Além disso, o Atlas BioLIBRAS pode ser utilizado no estudo dos conteúdos da Biologia para a realização de provas, como concursos e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Desse modo, a utilização de APPs como esse, que fornece o uso de imagens e da LIBRAS, permite ao indivíduo surdo uma liberdade de busca ao conhecimento, não dependendo de um professor, do intérprete ou outro meio e fomentando a autonomia do aluno surdo na busca por conhecimentos.

### Agradecimentos

Agradecemos a Chamada Interconecta IFPB - N ° 01/2020, um importante veículo de inovação, propagação de conhecimento e inclusão, e fomento financeiro, essencial para o desenvolvimento do aplicativo *Atlas BioLIBRAS*.

### Referências

- BRAIANE, Samara Caroline De Oliveira *et al.* Provas escritas adaptadas para alunos surdos: a percepção de professores de biologia e intérpretes de libras do ifpb. Anais VII CONEDU - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: [editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69402](http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69402). Acesso em: 20 jul. 2021.
- BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 25 mar. 2020.
- BRASIL. Saberes de Prática da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosurdos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosurdos.pdf). Acesso em: 12 abr. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 23 maio 2021.
- BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 9 mar. 2020.
- RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá, v. 4, n. 5, p. 129-148, maio. 2008. Acesso em: [www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia\\_artigos/tecnica\\_coleta\\_dados.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/tecnica_coleta_dados.pdf). Disponível em: 03 fev. 2021.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos cedes, v. 26, n. 69, p. 163- 184, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf). Acesso em: 14 abr. 2021.
- SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. Revista brasileira de educação, v. 11, n. 33, p. 424-526, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a04v1133.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a04v1133.pdf). Acesso em: 23 maio 2021.

<sup>2</sup> O desenvolvimento e disponibilização do Atlas BioLIBRAS pode ser acompanhado no perfil do Instagram [instagram.com/atlasbiolibras](https://www.instagram.com/atlasbiolibras).